

Projeto pode adiar recesso

O Governo poderá solicitar o adiamento do início do recesso parlamentar, marcado para julho pela Constituição, como forma de votar os primeiros itens do Projeto de Reconstrução Nacional, o "Projeto", enviados ao Congresso em regime de urgência.

"Há um risco de não termos recesso", avaliou o líder do Governo, senador Marco Maciel (PFL-PE). Para ele, todos os projetos, como a nova política salarial e o Plano de Custeio de Benefícios, são importantes e, por isso, o "Congresso tem que fazer um esforço para aprovar dentro do prazo de urgência". De acordo com a Constituição, os parlamentares têm 90 dias para votar os projetos definidos como "urgentes" pelo Executivo.

No caso da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Congresso tem até o dia 30 de julho para votar, como exige a Constituição. Maciel adiantou que o único projeto

ainda não enviado ao Congresso, tratando da proteção real dos salários dos servidores públicos civis e militares, chegará ao Legislativo ainda hoje. Depois de ter causado polêmica com sua proposta de indexar os salários até três mínimos, Maciel preferiu evitar falar sobre o tema novamente.

Livre negociação

Passarinho garantiu que a proposta era do senador e não do líder do Governo. Embora reticente, o senador admitiu, depois, que "o compromisso do Governo é com o salário mínimo. Acima disso, vale a regra da livre negociação".

No PMDB, as declarações do ministro provocaram indignação do líder em exercício, deputado Germano Rigotto (RS). "Isso é uma estratégia do Governo para inviabilizar a negociação dos projetos encaminhados ao Congresso e, assim, justificar, mais adiante, o uso das medidas provisórias.